



MATOS, Patrícia Ferraz de, SANSONE, Lívio (orgs.)

Decolonizing Europe:

Ethnographies of National and Transnational Projects,

New York / Oxford, Berghahn Books, 2026, 227 pp.

ISBN 9781836952480

Daniel Florence Giesbrecht

Nas últimas décadas, o passado colonial europeu deixou de comparecer apenas como matéria circunscrita à história imperial, à história diplomática ou à narrativa autocentrada dos antigos impérios, ocupando uma posição cada vez mais sensível nas disputas contemporâneas em torno da memória pública, da cidadania, da pertença nacional e da legitimidade dos repertórios culturais que, durante muito tempo, sustentaram a autorrepresentação da Europa como espaço privilegiado da universalidade. A contestação de monumentos, a presença pela restituição de acervos deslocados em contextos de violência colonial, a visibilidade ampliada de movimentos antirracistas e a reabertura crítica dos arquivos imperiais contribuíram para retirar o colonialismo da condição de passado encerrado e reinscrevê-lo no terreno das lutas simbólicas do presente.

É nesse horizonte, no qual a história se converte também em campo de litígio moral, político e epistemológico, que se situa *Decolonizing Europe: Ethnographies of National and Transnational Projects*, volume organizado por Patrícia Ferraz de Matos e Lívio Sansone. A ambição do livro não consiste em oferecer uma

fórmula abstrata da descolonização, mas em cartografar, por meio de estudos empíricos variados, os modos pelos quais diferentes atores, instituições e coletivos têm procurado reabrir criticamente os legados coloniais no espaço europeu. A qualidade do volume também se deixa perceber pela trajetória dos seus organizadores. Patrícia Ferraz de Matos, investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, desenvolve há anos um trabalho relevante sobre a história da antropologia em Portugal, sobretudo no que diz respeito às relações entre ciência, colonialismo e pensamento racial, com especial atenção à obra de António Mendes Correia e aos mecanismos classificatórios que atravessaram a produção antropológica portuguesa. Lívio Sansone, professor da Universidade Federal da Bahia, Brasil, construiu uma obra de referência nos estudos sobre diáspora africana, racismo e identidades negras, movendo-se com consistência entre diferentes margens do Atlântico e produzindo comparações que aproximam, sem as confundir, experiências latino-americanas e europeias.

Como assinalam Matos e Sansone, o livro nasce de um fórum acadêmico

promovido no âmbito do *Anthropological Journal of European Cultures*, ampliado depois por meio de uma chamada internacional de capítulos dedicada à análise de práticas contemporâneas de descolonização em distintos cenários europeus. O objetivo central da obra consiste em examinar de que maneira iniciativas culturais, movimentos associativos, instituições patrimoniais, espaços universitários e dispositivos públicos de memória procuram revisitar criticamente o legado colonial europeu, sobretudo em domínios como museus, políticas de restituição, espaço urbano e pedagogias da memória. Em lugar de partir de uma definição rígida de descolonização, o livro prefere acompanhar os usos concretos da categoria, observando como ela se desdobra e se tensiona em práticas situadas, frequentemente marcadas por conflitos em torno da autoridade de narrar o passado e de definir o que pode ou não ser reconhecido como herança legítima.

Uma das qualidades do volume reside na amplitude empírica dos estudos reunidos. Em vez de converter a descolonização em palavra de ordem homogênea ou em chave explicativa de validade universal, os oito capítulos mostram que o termo adquire densidades distintas conforme o terreno social em que é mobilizado. Em alguns casos, ele aparece vinculado à revisão crítica de narrativas históricas cristalizadas; em outros, surge associado a demandas por reparação simbólica, restituição material, redefinição de políticas museológicas ou combate ao racismo estrutural. Essa variação semântica talvez seja um dos elementos mais

reveladores, porque expõe a descolonização não como conceito estabilizado, mas como campo de disputas e linguagem de reinterpretação do passado.

Tal movimento torna-se nítido no capítulo de Axel Mudahemuka Gossiaux, dedicado às iniciativas de contestação da memória colonial na Bélgica. O autor examina projetos associativos desenvolvidos em Bruxelas que buscam reconfigurar criticamente monumentos, topónimos urbanos e coleções museológicas vinculadas ao passado imperial belga. O seu argumento central é que o racismo contemporâneo na Bélgica não pode ser adequadamente compreendido sem se considerarem as continuidades imaginárias, institucionais e visuais herdadas do colonialismo. A força do trabalho está em mostrar que a memória colonial não sobrevive apenas nos arquivos ou nos museus, mas infiltra-se no quotidiano da cidade, na nomenclatura das ruas, na monumentalidade aparentemente neutra do espaço público e nas formas de visibilidade que continuam a naturalizar a violência imperial. Ao analisar projetos como o IREP, voltado à releitura crítica do espaço urbano, e o programa europeu BREATHE!, dedicado à restituição de objetos culturais africanos, Gossiaux evidencia que as disputas sobre o passado são também disputas sobre o presente, sobre quem pode falar em nome da história e sobre quais experiências permanecem autorizadas a entrar na cena pública como memória legítima.

Particularmente sugestivo é também o capítulo de Vida Savoniakaité, centrado no Cold War Museum, situado em

Plokščiai, na Lituânia. Instalado num antigo complexo soviético de lançamento de mísseis nucleares, o museu é tomado como espaço singular de elaboração pública da memória da Guerra Fria e da ocupação soviética. Aqui, o interesse da autora reside em deslocar o debate para além das experiências clássicas do colonialismo ultramarino europeu, demonstrando que o léxico da descolonização também atravessa contextos pós-socialistas nos quais a memória da dominação é reelaborada por meio de narrativas locais, regionais e nacionais. O capítulo impede que o volume se feche numa geografia previsível da crítica colonial e mostra, com acerto, que o termo “descolonização” opera hoje em paisagens históricas múltiplas, nem sempre redutíveis ao modelo atlântico-imperial mais conhecido.

O livro dedica atenção considerável, ainda, às controvérsias em torno da restituição de objetos culturais retirados de territórios coloniais e posteriormente incorporados às coleções de museus europeus. Trata-se de um dos eixos mais fecundos da obra, porque nele se condensam vários dos dilemas centrais do debate contemporâneo sobre património, justiça histórica e soberania narrativa. Essa problemática atravessa diferentes contributos do volume, como em *Curating Colonial Pasts: Museums and the Politics of Representation*, no qual se examinam os impasses enfrentados por instituições museológicas europeias diante da crescente pressão por revisões críticas das suas coleções coloniais, e ainda as reflexões desenvolvidas em *Decolonizing*

Heritage: Memory, Museums and Public Debate in Contemporary Europe, centradas nas disputas em torno da redefinição das políticas patrimoniais em contextos pós-imperiais. Os capítulos que abordam essa temática postulam que a devolução de artefactos não deve ser entendida apenas como questão técnica ou museológica, ao remeter à própria narrativa da violência colonial, às modalidades de apropriação material e simbólica que fundamentaram a expansão europeia e aos processos pelos quais determinados objetos foram convertidos em património universal após terem sido removidos dos seus contextos sociais originais.

As questões mobilizadas em *Decolonizing Europe* inscrevem-se, evidentemente, num debate mais amplo, já bastante consolidado, embora longe de encerrado. Desde *Orientalism*, Edward Said (1978) tornou difícil pensar o colonialismo apenas como empresa militar, administrativa ou territorial, ao exibir que ele dependeu também da produção de representações, classificações e narrativas que transformaram povos inteiros em objetos de conhecimento, e precisamente por isso em objetos de tutela, intervenção e controlo. Aníbal Quijano (2000) radicalizou esse diagnóstico em outra direção, ao sustentar que o fim formal dos impérios não desfez as hierarquias forjadas ao longo da expansão europeia, já que elas continuaram inscritas nos modos de classificar os sujeitos, organizar o trabalho, distribuir autoridade e legitimar determinados regimes de saber em detrimento de outros. Já Dipesh Chakrabarty (2000)

deslocou a crítica para o próprio terreno da historiografia moderna, mostrando como a experiência europeia foi reiteradamente alçada à condição de medida silenciosa do universal, enquanto outras temporalidades eram remetidas a uma posição lateral, incompleta ou tardia.

O mérito do livro, nesse ponto, está em não repetir mecanicamente esse repertório teórico, mas em colocá-lo sob tensão por meio de situações empíricas concretas, nas quais memória, património e disputa política aparecem entrelaçados de forma visível. Ao mesmo tempo, a leitura do conjunto revela algumas ambivalências que não devem ser entendidas como simples fragilidades editoriais, mas como sintomas de um campo ainda em elaboração e fortemente atravessado por disputas conceituais. A mais evidente delas diz respeito à elasticidade do termo “descolonização”. Em vários capítulos, a categoria aparece menos como conceito analítico rigorosamente delimitado do que como horizonte normativo, repertório político ou linguagem estratégica capaz de organizar reivindicações distintas. Tal oscilação não compromete a relevância empírica dos estudos, mas torna visível a heterogeneidade teórica que caracteriza o campo decolonial na atualidade.

Outro traço recorrente do volume é a centralidade das abordagens etnográficas voltadas para experiências contemporâneas. Trata-se, sem dúvida, de uma das suas principais virtudes, por permitir acompanhar processos ainda em curso, iniciativas recentes e arenas de conflito que escapam com frequência

aos enquadramentos mais tradicionais. A etnografia funciona, nesse sentido, como instrumento privilegiado para captar a espessura social das disputas em torno da memória colonial, iluminando não apenas os discursos institucionais, mas também as práticas, os afetos e os impasses que configuram o quotidiano da descolonização como experiência vivida. Ainda assim, é preciso reconhecer que essa escolha metodológica leva alguns capítulos a privilegiarem a descrição minuciosa de projetos e dispositivos culturais em detrimento de uma problematização mais extensa sobre o estatuto histórico da própria ideia de descolonização na Europa contemporânea.

Como observam os organizadores no epílogo, a Europa contemporânea encontra-se presa a uma situação profundamente contraditória, na qual a expansão do interesse público pelo passado colonial convive com o avanço de nacionalismos agressivos, com o endurecimento das políticas migratórias e com a reiteração de formas renovadas de exclusão racial. As iniciativas de releitura da memória imperial não se desenvolvem, portanto, em terreno apaziguado. Ao contrário, emergem num espaço saturado por disputas de legitimidade, no qual a evocação do império se cruza com os impasses da cidadania no presente, com os fantasmas políticos da imigração e com os combates simbólicos em torno da própria definição de quem pode ser reconhecido como parte da Europa.

Considerado no seu conjunto, *Decolonizing Europe* oferece um panorama esclarecedor das múltiplas formas pelas

quais diferentes atores sociais, institucionais e intelectuais têm procurado refletir criticamente as narrativas herdadas do colonialismo europeu. A sua principal contribuição talvez resida justamente em recusar a tentação da síntese prematura, preferindo expor a pluralidade de iniciativas, interpretações e antagonismos que hoje compõem o vocabulário decolonial na Europa. Em vez de apresentar a descolonização como processo linear, homogêneo ou conceitualmente pacificado, o livro mostra que ela se desenha como campo irregular de práticas culturais, disputas patrimoniais, reinterpretações históricas e reivindicações políticas em que se renegocia, incessantemente, a relação entre passado imperial e presente democrático. Ao fazê-lo, a obra recorda que o colonialismo permanece menos como vestígio morto do que como estrutura de memória, linguagem e poder ainda capaz de delimitar os contornos do pertencimento na Europa contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAKRABARTY, D. (2000), *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*, Princeton, Princeton University Press.

QUIJANO, A. (2000), "Coloniality of power, eurocentrism, and Latin America". *Nepantla: Views from South*, 1 (3), pp. 533-580.

SAID, E.W. (1978), *Orientalism*, Nova Iorque, NY, Pantheon Books.

GIESBRECHT, D.F. (2026), *Recensão "Decolonizing Europe: Ethnographies of National and Transnational Projects"*, New York/Oxford: Berghahn Books, 2026". *Análise Social*, 260, LXI (3.º), e45890. DOI: <https://doi.org/10.31447/45890>.

Daniel Florence Giesbrecht » daniel.giesbrecht@uc.pt » CEIS20 Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra » Rua Filipe Simões, 33 — 3000-186 Coimbra, Portugal » <https://orcid.org/0000-0003-4142-6860>.
